



187

Prefeitura Municipal de Palmital
- Estado de São Paulo -

=LEI Nº 2.832 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018=

Institui o Sistema Municipal de Ensino de Palmital, Estado de São Paulo e dá outras providências.

JOSÉ ROBERTO RONQUI, PREFEITO
MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DE SÃO PAULO,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Palmital,
APROVOU e eu **PROMULGO** a seguinte Lei,

Artigo 1º - Esta Lei institui o Sistema Municipal de Ensino de Palmital e fixa normas para o funcionamento dos seus órgãos com vistas à garantia do direito à educação e cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação.

Artigo 2º - O Sistema Municipal de Ensino será organizado com base nos princípios da Educação Nacional e atenderá as seguintes diretrizes:

- I. Oferecer educação de qualidade nas escolas municipais de educação básica;
- II. Organizar a atuação dos diversos órgãos e estruturas que o compõem;
- III. Pautar-se pelos princípios da gestão democrática.

Artigo 3º - O Sistema Municipal de Ensino compreende:

I - Órgãos Municipais

- a) **Secretaria de Educação e Cultura;**
- b) **Conselho Municipal de Educação.**

II - Instituições Educacionais:

- a) Rede escolar de Educação Básica mantida pelo poder público municipal;
- b) Instituições de educação infantil criada e mantidas pela iniciativa privada.

Parágrafo Único. **Cabe ao município, por meio de seus órgãos próprios, baixar normas que garantam a unidade do Sistema Municipal de Ensino e disciplinem o funcionamento adequado de seus órgãos e suas instituições, em conformidade com o que dispõe a seguinte Legislação com suas alterações posteriores;**

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;



Prefeitura Municipal de Palmital

- Estado de São Paulo -

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

Lei Complementar Municipal nº 1, de 27 de maio de 1993;

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Portaria MEC nº 1.306, de 2 de setembro de 1999;

Lei Complementar Municipal nº 177, de 6 de outubro de 2009;

Lei Complementar Municipal nº 257, de 11 de março de 2014;

Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

Lei Ordinária Municipal nº 2.695, de 24 de junho de 2015; e,

Lei Complementar Municipal nº 282, de 21 de outubro de 2015.

Artigo 4º - A Secretaria de Educação e Cultura é o órgão executivo do Sistema Municipal de Ensino, cabendo-lhe:

§ 1º - Autorizar o funcionamento de instituições educacionais do seu sistema, considerando os padrões mínimos de qualidade;

§ 2º - Supervisionar as instituições do sistema através de seus órgãos específicos, com parâmetro nas normas dos Conselhos Nacional e Municipal de Educação e na proposta pedagógica das unidades de ensino.

Artigo 5º - O Conselho Municipal de Educação é um órgão colegiado e autônomo, que desempenha as funções normativa, deliberativa e consultiva do sistema, de forma a assegurar a participação da sociedade na gestão da educação municipal.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Educação tem sua estrutura, composição, organização, funcionamento e atribuições definidas em legislação específica e em regimento próprio.

Artigo 6º - O Município aplicará, anualmente, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, em manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96.

Artigo 7º - O Poder Público Municipal poderá estabelecer colaboração e cooperação com o Estado e outros Municípios, para o planejamento, execução e avaliação de suas políticas públicas educacionais, de forma articulada.

Artigo 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, em
23 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ROBERTO RONQUI
-PREFEITO MUNICIPAL-



Prefeitura Municipal de Palmital

- Estado de São Paulo -

Publicado na **DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**, em 23 de fevereiro de 2018.


FÁBIO LUIZ MACIEL PEREIRA
-SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO ASSIS

Rua Padre Gusmões, 828 – Vila Santa Cecília – Assis-SP – CEP 19.806-081

Fone: (18) 3302-1400– Fax: (18) 3302-1405

e-mail: deass@educacao.sp.gov.br

Assis, 27 de agosto de 2019.

OFÍCIO nº 735/2019 – DER ASS

ASSUNTO: Sistema Próprio de Ensino – Município de Palmital

Prezada Senhora,

Vimos por meio deste esclarecer que, com a publicação da Lei Municipal nº 2.832/2018, que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Palmital, esta Diretoria passa a considerar a autonomia conferida ao município no que se refere à supervisão das instituições de ensino desse sistema.

Tal entendimento pauta-se ainda na Constituição de 1988, que firma o município como ente federativo autônomo, na Constituição do Estado de São Paulo, que prevê a auto-organização dos municípios, bem como na LDB de 1996, que defende a ideia de liberdade de organização dos sistemas de ensino.

Considerando as orientações contidas na Indicação CEE nº 183/2019, homologada por meio da Resolução de 01/08/2019 (DOE de 03/08/2019, Seção I, p. 35), em anexo, ressaltamos que o município de Palmital, caso ainda não tenha realizado, deverá formalizar seu sistema próprio de ensino junto ao Conselho Estadual de Educação, apresentando a documentação indicada na Deliberação CEE 11/97:

“(…) torna-se oportuno que os municípios que tenham seu sistema de ensino constituído mas que ainda não o tenha formalizado junto ao Conselho Estadual de Educação, apresentem a documentação referida na Deliberação CEE 11/97: Lei Municipal que instituiu o Sistema Municipal de Ensino (se houver); Lei Municipal que criou o Conselho Municipal de Educação (CME); Regimento Interno do CME; Composição e endereço do CME; e Outras informações sobre o Sistema Municipal de Ensino que forem consideradas pertinentes e importantes. Esta documentação deverá ser enviada, por meio de ofício, ao Conselho Estadual de Educação, órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, que adotará as providências necessárias para comunicar aos órgãos responsáveis da Secretaria de Estado da Educação pelo cadastramento desta informação”. (grifos nossos)

Publicado no DOE de 03/08/2019, seção I, p.35)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO ASSIS

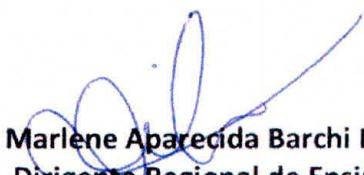
Rua Padre Gusmões, 828 – Vila Santa Cecília – Assis-SP – CEP 19.806-081

Fone: (18) 3302-1400– Fax: (18) 3302-1405

e-mail: deass@educacao.sp.gov.br

Por fim, esclarecemos que a Secretaria Estadual de Educação já realizou todos os trâmites na SED – Secretaria Escolar Digital, para que o município de Palmital possa atuar como supervisor de suas unidades escolares e, dessa forma, nos colocamos à disposição dos Supervisores do município e da Senhora Secretária Municipal de Educação, para auxiliar/orientar na realização dos processos na SED.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para externar protestos de estima e consideração.



Marlene Aparecida Barchi Dib
Dirigente Regional de Ensino

À Senhora
Tatiane Souza Rogatti Rossini
Secretária de Educação e Cultura
Palmital - SP

Resolução, de 1º-8-2019

Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 6-7-1971, a Indicação CEE 183/2019, sobre "Orientações sobre Autonomia dos Municípios Paulistas para Criação de seus Sistemas ou Integração ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e Adesão ao Currículo Paulista".

Conselho Estadual de Educação Praça da República, 53 - Fone: 2075-4500 Processo: 830832/2019 (Proc. CEE 097/2002)

Interessado: Conselho Estadual de Educação.

Assunto: Orientações sobre autonomia dos municípios paulistas para criação de seus sistemas ou integração ao sistema estadual de São Paulo e adesão ao Currículo Paulista.

Relatores: Cons. Bernardete Angelina Gatti, Ghisleine Trigo Silveira e Hubert Alquéres.

Indicação CEE 183/2019 CP

Aprovada em 31-07-2019.

CEP: 01045-903

Conselho Pleno

1. Relatório

1.1 Histórico

A Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/SP) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino de São Paulo (UNDIME/SP) encaminharam em 19-12-2018, para a apreciação do Conselho Estadual de Educação, as diretrizes curriculares que devem orientar as etapas da Educação Infantil e o Ensino Fundamental, consubstanciadas no documento intitulado "Currículo Paulista". A Portaria CEE/GP 24, de 23-01-2019, designou as Conselheiras Ghisleine Trigo Silveira, Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti e Rose Neubauer para compor a Comissão Especial com o objetivo de analisar e emitir parecer sobre o Currículo Paulista da Educação Infantil e Ensino Fundamental para o Sistema de Ensino de São Paulo.

Num movimento construído em regime de colaboração, com a participação da UNDIME/SP, representando os municípios, e da SEDUC/SP, com o suporte do Programa de Apoio à Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), e deste Conselho Estadual de Educação, no período de fevereiro a junho do presente ano, sob coordenação da Comissão Especial nomeada pela referida Portaria CEE/GP 24, foi discutida e aprovada a Deliberação CEE 169/2019 e a Indicação CEE 179/2019, que tratam do Currículo Paulista para o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo - etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em 19-06-2019.

Esse trabalho conjunto está alinhado à Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), que aponta a pactuação como ferramenta para definir as diretrizes pedagógicas, a criação de indicadores de avaliação, de índices de qualidade de serviços e de formação de professores das redes.

1.2 Apreciação

O Currículo Paulista representa um passo decisivo no processo de melhoria da qualidade de educação no Estado de São Paulo, no que se refere às aprendizagens dos estudantes, à formação inicial e continuada dos educadores, à produção de materiais didáticos, às matrizes de avaliação e ao estabelecimento de critérios para a oferta de infraestrutura adequada ao pleno desenvolvimento da educação.

Neste contexto é imprescindível destacar a importância do sistema de colaboração entre as diferentes redes na implementação do Currículo Paulista, a exemplo do que já ocorreu no processo de sua elaboração.

O regime de colaboração entre o Estado e Municípios tem como objetivo romper a fragmentação das políticas educacionais, contribuir com as aprendizagens dos estudantes e com a melhoria da qualidade da educação e pensar a integração das diferentes etapas que compõem a Educação Básica.

Nesse sentido, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo vem reafirmar o disposto no caput, do art. 211, da Constituição Federal, no qual os Estados e Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, respeitando a autonomia dos Municípios de criarem os seus respectivos sistemas de ensino, conforme disposto no art. 18, da Lei Federal 9.394/1996 (LDB).

Em relação ao assunto, este Colegiado já se manifestou por meio da Deliberação CEE 11/97 e Indicação CEE 10/97, e nas Indicações CEE 20/2002 e 33/2003, que conferem autonomia aos Municípios para organizar seu próprio sistema de ensino; e nas Deliberações CEE 138/2016 e

140/2016, que asseguram aos Municípios competência para autorizar o funcionamento e supervisionar os estabelecimentos de sua própria rede e das instituições privadas de educação infantil.

A Câmara da Educação Básica tem recebido ofícios e tomado conhecimento de alguns municípios sobre o seu processo de constituição de sistema de ensino. Em um caso, por exemplo, o município não se referiu à criação do sistema de supervisão próprio (do que se depreende de que nem todos têm clareza quanto aos requisitos para se constituir um sistema).

Por sistema de ensino entende-se, obrigatoriamente:

- 1) criação por lei municipal;
- 2) uma rede de escolas;
- 3) regimento escolar;
- 4) plano de carreira, cargos e salários;
- 5) supervisão própria; e
- 6) Conselho Municipal de Educação.

Por sua vez, o Parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal 9.394/1996 (LDB), permite aos Municípios se integrarem ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Com a aprovação da Deliberação CEE 169/2019 e da Indicação 179/2019, que fixa normas relativas ao Currículo Paulista da Educação Infantil e Ensino Fundamental para a rede estadual, rede privada e redes municipais que possuem instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, os municípios integrados ao Sistema Estadual de Ensino deverão obrigatoriamente adotar em suas escolas o Currículo Paulista.

Por outro lado, os Municípios que já constituíram seus sistemas próprios de ensino poderão aderir ao Currículo Paulista através de manifestação formal, por meio de termo de adesão a ser disponibilizado pela Secretaria de Estado da Educação.

Reitera-se que o Currículo Paulista é um documento construído em regime de colaboração, com ampla participação da UNDIME/SP, o que implica permanente diálogo, negociação e entendimento com os municípios. Seguindo esse princípio, a Secretaria de Estado da Educação poderá fornecer suporte no processo de implementação do novo currículo, a todos os municípios integrados ao Sistema Estadual, assim como aos municípios com sistema próprio que optarem por aderir voluntariamente ao Currículo Paulista.

Nesse sentido, torna-se oportuno que os Municípios que tenham seu sistema de ensino constituído, mas que ainda não o tenha formalizado junto ao Conselho Estadual de Educação, apresentem a documentação referida na Deliberação CEE 11/97:

Lei Municipal que instituiu o Sistema Municipal de Ensino (se houver); Lei Municipal que criou o Conselho Municipal de Educação (CME); Regimento Interno do CME; Composição e endereço do CME; e outras informações sobre o Sistema Municipal de Ensino que forem consideradas pertinentes e importantes. Essa documentação deverá ser enviada, por meio de ofício, ao Conselho Estadual de Educação, órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, que adotará as providências necessárias para comunicar aos órgãos responsáveis da SEDUC/SP pelo cadastramento desta informação.

2. Conclusão

Com base nessas premissas, submetemos a presente Proposta de Indicação ao Colegiado.

São Paulo, 29-07-2019.

a) Cons^a Bernardete Angelina Gatti

Relatora

a) Cons^a Ghisleine Trigo Silveira

Relatora

a) Cons. Hubert Alquéres

Relator

Deliberação Plenária

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a presente Indicação.

Sala "Carlos Pasquale", em 31-07-2019.

Consª. Sylvia Figueiredo Gouvêa

No exercício da Presidência, nos termos do art. 11 da Deliberação CEE 17/1973.

Indicação CEE 183/19 - Publicada no D.O. em 01-08-2019

- Seção I - Página 30.

(Republicada por ter saído incompleta)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

- Estado de São Paulo -



=LEI Nº 2.695 DE 24 DE JUNHO DE 2015=

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

ISMÊNIA MENDES MORAES, PREFEITA
MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DE SÃO PAULO,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Palmital, **APROVOU** e eu **PROMULGO** a seguinte Lei,

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação foi elaborado sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Educação, com participação da sociedade através da Conferência Municipal de Educação e em conformidade com o Plano Nacional de Educação e demais legislações educacionais.

Art. 3º O Plano Municipal de Educação, apresentado em conformidade com o que dispõe a Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado de São Paulo, como também a Lei Orgânica do município.

Art. 4º O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do município, com suas respectivas diretrizes, objetivos, metas e ações conforme documento anexo.

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal de Educação realizar o acompanhamento e a avaliação da execução do Plano,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

- Estado de São Paulo -



acompanhar as ações do Poder Executivo tendo em vista o cumprimento dos objetivos, metas e ações previstas no Anexo I desta Lei.

Art. 6º O Executivo Municipal por suas unidades de Educação e de Comunicação dará ampla divulgação do conteúdo do PME junto ao pessoal docente e discente do setor no Município e a toda a população.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação, juntamente com o Conselho Municipal de Educação, diligenciará para que as medidas associadas e complementares às constantes do PME sejam adotadas pelos demais setores e unidades da Administração.

Art. 8º O Município de Palmital incluirá nos Planos Plurianuais e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais dotações destinadas a viabilizar a execução desta Lei.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL,

em 24 de junho de 2015.

ISMÊNIA MENDES MORAES
-PREFEITA MUNICIPAL-

Publicado na **DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**, em 24 de junho de 2015.

DANILO ALVES PEREIRA
-SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-